

# Leowigildo Martins de Mello e a organização da Escola Normal de Cuiabá

*Elizabeth Figueredo de Sá Poubel e Silva\**

O presente artigo trata da Escola Normal de Cuiabá, criada e organizada por um professor paulista, Leowigildo Martins de Mello, que se formou na Escola Normal Caetano de Campos e se deslocou para Mato Grosso atendendo à solicitação do governo, com a finalidade de reorganizar a instrução pública do estado. Através da análise da estrutura organizacional e curricular dessa instituição, buscou-se estabelecer confronto entre o modelo escolar paulista, representado por Mello, e a forma pela qual tal modelo foi incorporado, tendo em vista a realidade educacional, social e econômica do estado do Mato Grosso.

*HISTORIOGRAFIA; EDUCAÇÃO; FORMAÇÃO DE PROFESSORES; MATO GROSSO; ESCOLA NORMAL.*

This study analyses the Normal School in Cuiabá, created and organized by a teacher from São Paulo, Leowigildo Martins de Mello, who was graduated by the Normal School “Caetano de Campos” and that moved to Mato Grosso at the request of the local Government, with the objective of structuring the public instruction in the State. Based on the analysis of the organizational and curricular structure of that institution, I tried to establish a comparison between the São Paulo scholar model, represented by Mello, and the form in which such model was incorporated taking into account the educational, social and economic reality of the State of Mato Grosso.

*HISTORIOGRAPHY; EDUCATION; TEACHERS FORMATION; MATO GROSSO; NORMAL SCHOOL.*

---

\* Mestre em educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e doutoranda em educação na Universidade de São Paulo (USP).

A Escola Normal de Cuiabá, mais conhecida como Escola Normal “Pedro Celestino”, tem um significado especial na história da educação do estado de Mato Grosso. Faz parte da memória dos muitos educadores que, por ela formados, se espalharam por todo estado para lecionar e para ocupar cargos administrativos na educação.

Ansiada e reclamada pelos governantes e pelos diretores gerais de ensino do estado durante muitos anos consecutivos, esta instituição, apesar de várias tentativas de implantação no século XIX, não teve o êxito esperado. No início do século XX, o discurso da formação de professores foi retomado, porém para atender aos interesses do grupo liberal republicano. O governo de Mato Grosso autorizou a reorganização da Instrução Pública do estado através da lei n. 533 de 4 de julho de 1910. Era necessário que Mato Grosso organizasse o ensino público de forma a adequá-lo ao movimento da sociedade.

Segundo Rodrigues (1988), a formação do professor, nesse processo, adquire fundamental importância por se considerar que através da sua ação direta se imprimiria uma nova moral, modificadora de hábitos e costumes, criando as condições indispensáveis ao progresso da região. Desta maneira, investir na formação do professor era fundamental para a efetivação do “progresso social”, pois sua ação eficaz eliminaria a ignorância, traria a civilidade e a ordem social<sup>1</sup>.

Os Presidentes de Estado demonstravam, em suas mensagens, que a formação dos professores naquele período não era adequada e que tais profissionais não eram capazes de cumprir o papel a eles destinados<sup>2</sup>. A

- 
- 1 Corrêa da Costa, primeiro vice-presidente do estado de Mato Grosso, em sua mensagem dirigida à Assembléia Legislativa no dia 13 de maio de 1910 fez a seguinte afirmação: “Convencido da necessidade urgente de cuidarmos do futuro da instrução popular, base fundamental de todo o verdadeiro progresso social, que é tanto que o primeiro passo a dar para esse fim é a formação de bons professores...”.
  - 2 A situação do professorado do estado é relatada pelos Presidentes de Estado em suas mensagens à Assembléia Legislativa nos anos de 1897, 1898, 1899, 1907 e 1909. Na mensagem de 1907, o doutor Manoel José Murtinho foi enfático ao afirmar que “as escolas, regidas por professores mal preparados e sem a indispensável vocação para o magistério, estão longe de satisfazer as necessidades do ensino, da educação da infância que as freqüenta”.

reforma proposta deveria iniciar pela formação dos professores, entendendo que todas as inovações dependiam da ação docente e que esta deveria estar qualificada para tal finalidade.

Sendo assim, o governo autorizou a contratação de dois normalistas paulistas para reformularem o ensino mato-grossense. A importância atribuída à Escola Normal de São Paulo deve-se ao fato de esta, desde a sua reforma em 1890, ser considerada como referência para as demais, como pólo irradiador de um novo ideário pedagógico de alcance rápido para combater o analfabetismo e a ignorância (Amâncio, 2000).

Em execução das leis nº 508, 1908 e 1910, dei começo à reorganização do ensino oficial do Estado. A instrução primária foi moldada pelos métodos seguidos em São Paulo, que incontestavelmente, no nosso país, ocupa a vanguarda na formação intelectual e na educação cívica da infância e da mocidade.

Ali foram postos em prática os processos pedagógicos preferidos nos países mais adiantados da Europa e nos Estados Unidos da América do Norte [Mato Grosso, Mensagens..., 1911].

Segundo Carvalho (2000, p. 226) “[...] viagens de estudo a esse estado e empréstimo de técnicos passam a ser rotina administrativa na hierarquia das providências com que os responsáveis pela Instrução Pública de outros estados tomam iniciativas de remodelação escolar na Primeira República [...]”.

Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, normalistas formados em 1909 pela Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo, foram então contratados pelo governo do estado com a responsabilidade de remodelar o ensino de Mato Grosso, que se encontrava, segundo eles, disperso e sem parâmetros organizacionais (Mato Grosso, Relatórios..., 1911). Iniciaram o trabalho fazendo visitas aos distritos para diagnosticar o ensino no estado, solicitando, logo após, a criação de grupos escolares e da Escola Normal.

Na Escola Normal, foram depositadas as esperanças do sucesso dessa reforma de ensino, na medida que a referida escola conferiria a habilitação necessária do pessoal para a regência das escolas primárias.

Desta forma, foi criada a Escola Normal de Cuiabá e instalada no dia 1º de fevereiro de 1911, na rua 1º de Março, n. 16 sob a direção do professor Leowigildo Martins de Mello, fato este que foi saudado pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, primeiro vice-presidente de estado, por ser de seu conhecimento que a carreira do magistério era ocupada, em sua maioria, por professores interinos sem preparo nem conhecimentos pedagógicos. Segundo ele, essa instituição “[...] veio já sanar uma das mais sensíveis dessas lacunas no preparo do pessoal docente, diminuto na capital e quase nulo no interior [...]” (idem).

A pesquisa realizada acerca da organização administrativa e curricular dessa instituição, narrada no presente artigo, se deteve ao período em que Mello esteve na sua direção, de 1910 a 1916, quando então se travou um confronto entre as propostas educacionais do professor paulista e a realidade educacional, social e econômica do estado de Mato Grosso.

## I. Organização administrativa

### *1. Instalação física e recursos materiais*

Durante o Império, em Mato Grosso, as escolas públicas funcionavam em casas alugadas adaptadas para esse fim. Muitas vezes, a casa era uma extensão da residência do professor, portanto, não oferecia espaço adequado para a organização das salas de aula. Padre Ernesto Camilo Barreto, em relatório, discorria sobre o estado de abandono em que se encontravam as escolas:

[...] sem casas adaptadas, sem mobília, sem materiais para aprender e ensinar a ler, escrever e contar, a escola é, sempre, uma irrisão [...] Mas, se é certo que o professorado, entre nós, não corresponde à missão que lhe é confiada, como convém, também não é menos exato que, nas condições em que a província o tem conservado e conserva, seria um milagre se correspondesse [Leite, 1970, p. 47].

No entanto, gradativamente, educadores e autoridades passaram a defender espaços específicos para o serviço escolar. Porém, os problemas

persistiam, tornando-se constantes as reclamações referentes a telhados, reforma dos prédios, construção de sanitários etc.

Esta realidade ainda não havia se alterado no período de instalação das Escolas Normal e Modelo anexa, que foram instaladas numa casa alugada na antiga rua 1º de Março, hoje chamada rua Galdino Pimentel, consideradas por Mello sem condições pedagógicas e higiênicas (Mato Grosso, Relatórios..., 1911).

Foi para liquidar esta situação que o governo investiu na construção do Palácio da Instrução, sob a direção do engenheiro doutor Miguel Carmo de Oliveira, sendo este prédio localizado no centro da cidade, com instalações adequadas para abrigar o Liceu, a Escola Normal e a Escola Modelo anexa.

O Palácio da Instrução era um prédio majestoso para a época, digno do nome que recebera. Souza (1998, p. 124) afirma que “a política de construções escolares promovida pelos governos republicanos no estado de São Paulo elevou os edifícios escolares à altura da importância atribuída à educação naquele momento histórico”. Não fora diferente em Mato Grosso.

Desta forma, tiveram a instrução primária e a Escola Normal, pela primeira vez, um prédio com salas de aula construídas para este fim, provido de mobiliários completos, mandados vir da América do Norte, contendo carteiras duplas e individuais, armários, cadeiras, mesas e relógios de parede (Mato Grosso, Mensagens..., 1912).

Apesar do investimento na parte arquitetônica, tornando-o um prédio agradável e funcional, era necessário que atendesse também às exigências pedagógicas de uma escola concebida nos termos do método intuitivo e enciclopédico. Era preciso então a criação de outros espaços e a aquisição de equipamentos que atendessem às necessidades pedagógicas.

De acordo com o posicionamento teórico metodológico, o relatório de 1912 foi enviado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Fazenda solicitando os seguintes espaços e equipamentos: o Gabinete de antropologia pedagógica e psicologia experimental, para os estudos da cadeira de pedagogia e psicologia; o Gabinete de física e química, para os estudos experimentais destas matérias, o Museu de história natural e de anatomia psicológico-descritiva animal e vegetal,

para o estudo das ciências naturais, a coleção completa de sólidos geométricos e demais aparelhos para o uso da geometria; e quadros murais ou ideografias históricas, geográficas e astronômicas para os estudos de história, geografia e cosmografia.

Dos gabinetes solicitados, foi implantado somente o Gabinete de física e química, equipado com um microscópio e um esqueleto humano (Mato Grosso, Mensagens..., 1915).

Embora o espaço físico das Escolas Normal e Modelo tivesse melhorado, a direção ainda encontrou, em 1915, alguns requisitos a serem alterados, como a construção de um muro ou gradil para que as crianças da Escola Modelo tivessem recreações durante o intervalo, impossíveis no momento, por atrapalharem as aulas da Escola Normal e do Liceu; e a falta de iluminação, impedindo o funcionamento do prédio no período noturno e o possível funcionamento de uma biblioteca.

Acerca de tais solicitações, Amâncio (2000, p. 113) chama atenção para a função social da escola, considerada “instância cultural a serviço da difusão da cultura e dos valores cívico-patrióticos. E que nenhum impedimento de ordem física deveria fechar as portas da escola para a irradiação da cultura”.

## 2. Direção, corpo docente e discente

Outro fator importante a ser analisado é o quadro administrativo da escola, suas funções e relações de poder.

Paulista de Itararé, tinha Mello 21 anos quando assumiu a responsabilidade, juntamente com Kuhlmann<sup>3</sup>, da reforma educacional do estado de Mato Grosso. Segundo Mello, com a finalidade de conhecerem a realidade educacional da capital do estado, procederam visitas às escolas primárias, tendo ficado o 1° distrito sob sua responsabilidade e a do 2° distrito à cargo de Kuhlmann.

---

3 Gustavo Kuhlmann assumiu a direção do Grupo Escolar Senador Azeredo, localizado no 2° Distrito. Escrevia e publicava as suas Conferências Pedagógicas na revista *A Nova época*.

Com a inauguração da Escola Normal, Mello<sup>4</sup> acumulou a função de diretor dessa instituição, da Escola Modelo e de professor da cadeira de pedagogia. Era considerado, pelos que conviviam com ele, como um profissional distinto entre os mais exímios da atual geração de educadores.

[...] jornalista adestrado na arte difícil; de levar o público ao convencimento da justeza dos ideais que defendesse; orador fluente, possuidor do segredo de elevar as multidões; inteligente; simpático; maneiroso; quem estaria em melhores, em o mais favoráveis condições de propugnar, com imediata vantagem, pelo melhoramento da cultura geral em nosso meio, intensificando a campanha benfazeja contra o analfabetismo [Corrêa Filho, 1923, p. 33].

As concepções pedagógicas de Mello e Kuhlmann encontraram opositores veementes na sociedade cuiabana, ambos sofreram difamações e agressões por parte dos jornais de procedência religiosa.

Em Cuiabá, os normalistas residiram, constituíram família com mulheres de famílias cuiabanais tradicionais e criaram raízes. Tudo indica, porém, que foram inúmeras as dificuldades com as quais se depararam esses professores paulistas. Dificuldades que, diga-se de passagem, extrapolavam o âmbito das questões educacionais. Os jornais da época registraram com detalhes riquíssimos as muitas polêmicas provocadas, e muitas vezes alimentadas pelos dois jovens professores, “republicanos convictos” (conforme eles próprios se intitulavam) que, inserindo-se na vida político-cultural de Cuiabá, conquistaram rapidamente tanto amplo espaço na imprensa local quanto alguns inimigos ferrenhos, representados pelo grupo do jornal católico *A Cruz*<sup>5</sup>.

Ao questionar Maria de Arruda Müller, aluna da segunda turma de formandos da Escola Normal, sobre as características da personalidade do diretor da Escola, a mesma respondeu: “Leowigildo era muito rígido, duro, mas muito competente” (Müller, Entrevista, 1998).

---

4 Esteve ele à frente da Escola Normal desde sua implantação, sendo demitido em 1916. Após sua demissão exerceu a função de advogado provisionado, vindo a falecer aos trinta e três anos de idade.

5 Cf. Amâncio, 2000, p. 89.

Este perfil era próprio da atribuição conferida ao diretor, de garantir a ordem e a disciplina, como se pode observar nas atas das reuniões da Congregação, as quais presidia.

Na reunião de maio de 1915, Mello levou ao conhecimento dos presentes que a Escola estava sofrendo uma série de “calúnias”. Em virtude de tal fato, decidiu-se criar uma comissão formada por alguns docentes da Escola para abrir inquérito e apurar os fatos. A maioria das acusações feitas se referiam ao próprio diretor que, segundo os “caluniadores”, “não orienta nem visita as aulas da Escola Modelo”, “que, por intermédio da Inspectora, fez com que as alunas se parcializassem no depoimento sobre o já tão falado caso do professor de francês”, “que o ponto é abonado dos professores faltosos” e, por último, que “o regulamento da Escola é vontade do seu diretor e a Escola é o seu feudo” (Mato Grosso, Atas..., 1915, pp. 81-82).

A última acusação foi considerada uma afronta pelos docentes, pois segundo eles, “para que o regulamento seja a vontade do Diretor e a Congregação o seu feudo é preciso que os professores sejam uns títeres nas mãos do mesmo Diretor e a Congregação uma nulidade” (idem, p. 82).

Na reunião seguinte, em 21 de maio do mesmo ano, tomaram conhecimento do resultado do inquérito instaurado com o objetivo de apurar as denúncias feitas, concluindo que tais denúncias não procediam, sendo tal relatório aprovado por todos os presentes.

As críticas acerca das ações de Mello, feitas através de comentários, comprovam os conflitos existentes no interior da Escola Normal em relação às ações hierárquicas que privilegiavam uns em detrimento de outros.

No entanto, pelo fato da Congregação ser formada exclusivamente por docentes, a decisão tomada sempre favorecia a categoria, sendo extremamente parcial e autoritária, em nome da disciplina e do cumprimento do regulamento em vigor. Negar a participação dos professores nos encaminhamentos e nas decisões tomadas seria desfazer da posição deles na hierarquia existente na Escola, e isso eles não poderiam permitir.

O quadro docente, no primeiro ano de funcionamento, era constituído de profissionais masculinos da sociedade mato-grossense que, na sua

totalidade, lecionavam sem qualquer formação pedagógica, nomeados pelo governo. No ano seguinte, em 1912, a grade curricular sofreu alteração, modificando também o quadro de professores. Pela primeira vez uma mulher lecionou na Escola Normal, porém, assumindo a aula de música, e não uma cadeira de cunho científico. Essa mulher era Azélia Mamoré de Mello, esposa do diretor.

Por não terem formação acadêmica específica, os professores mudavam de cadeira conforme lhes era conveniente. Este fato aconteceu em 1912, quando o doutor Aprigio dos Anjos removeu-se da cadeira de português para a de história natural, e também nos anos posteriores, ocasionando o pedido da direção, em 1915, ao diretor geral da Instrução Pública, para a realização de um concurso visando ao provimento das cadeiras da Escola Normal, alegando a instabilidade do quadro docente devido ao grande número de nomeações, exonerações, licenças e transferências. No entanto, prevendo a intervenção política no concurso, ele alertou que seria necessário.

[...] que aos concursos presidam toda justiça, completo critério e perfeita ponderação sobre a idoneidade e capacidade educativa dos concorrentes, pois que é bem mais preferível um péssimo interino, remissível por um simples ato do Governo, do que um mau lente vitalício [Mato Grosso, Relatórios..., 1915].

O Presidente de Estado, em sua mensagem à Assembléia Legislativa, ciente da realidade política existente no estado, afirmou que o que fazia mal ao ensino público era:

[...] o contágio da politicagem, fazendo do professor público o servidor de um partido, o galopim eleitoral, que escreve a ata e é o agente da cabala eleitoral. O que faz mal ao ensino é essa intromissão malsã do patronato nos concursos para provimento dos lugares do magistério [Mato Grosso, Mensagens..., 1915].

O concurso realizado contou com apenas quatro candidatos para as cadeiras de português, física, química, matemática e geografia, porém

só foi aprovado o doutor Pedro Laurentino de Araújo Chaves, que correu para lecionar a língua portuguesa, sendo que os outros nem mesmo conseguiram completar as provas (Mato Grosso, Mensagens..., 1916). Desta forma, o quadro docente da Escola Normal continuou sendo formado, majoritariamente, de interinos indicados pelo governo.

Em seu relatório, Mello, embora tenha reconhecido a dedicação dos professores, os descreveu como neófitos, sem prática de ensino (Mato Grosso, Relatórios..., 1911). Ele justifica sua preocupação constante com os professores, pois tinha ciência de que a qualidade do resultado da formação proposta pela Escola Normal, de sua responsabilidade, estava nas mãos, principalmente, dos docentes, não só dos que lecionavam na Escola Normal, como também na Escola Modelo anexa, onde os normalistas tinham suas aulas práticas.

Para que esta instituição desempenhasse bem o papel a ela confiado, tornou-se necessário, além de investir no quadro docente, selecionar bem os discentes que seriam os futuros professores primários. Assim, para ingressarem na Escola Normal, era necessário que os candidatos fossem submetidos a um exame, no qual deveriam demonstrar conhecimentos nas seguintes áreas: gramática elementar da língua portuguesa, leitura de prosa e verso, escrita sobre ditado, caligrafia, aritmética, morfologia geométrica, desenho a mão livre, moral prática e educação cívica, geografia geral e história do Brasil, noções de cosmografia, noções de ciências físicas, químicas e naturais, e leitura de música e canto. Por ser o ensino laico, já não era exigido o conhecimento da doutrina cristã, pré-requisito da Escola Normal de 1874. Segundo o art. 32 do regulamento, era necessário que os alunos apresentassem documentos que comprovassem: idade de 14 anos para o sexo feminino e de 15 anos para o masculino, moralidade, ter sido vacinado ou ter sofrido de varíola, não padecer de nenhuma doença contagiosa, licença do pai, tutor ou marido quando casada.

O magistério primário abriu um espaço para que as mulheres ingressassem no mercado de trabalho. Mesmo com baixos vencimentos, esta habilitação possibilitava às mulheres experimentarem um pouco de liberdade, ainda que vigiada, pois a sua formação não poderia colocar em risco a hegemonia masculina. Segundo o Presidente do Estado:

Presentemente já se vai a tendência para se confiar à escola primária, de preferência as mulheres, consoante as leis da pedagogia [...]

Pensa que a mulher é que compete o magistério primário, visto como esse magistério é um prolongamento da educação familiar, na qual a família exerce a sua função educativa como a disciplina, o exemplo e o ensino [Mato Grosso, Mensagens..., 1916].

O número de alunos matriculados era em sua maioria do sexo feminino.

**Quadro I**  
**ALUNOS MATRICULADOS NA**  
**ESCOLA NORMAL DE CUIABÁ (1911-1916)**

<b>Anos</b>	<b>Alunos</b>	<b>Alunas</b>	<b>Total</b>
1911	2	14	16
1912	7	36	43
1913	8	27	35
1914	12	34	46
1915	12	61	73
1916	6	59	65
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>231</b>	<b>278</b>

Fonte: Mensagem do Presidente de Estado doutor Francisco de Aquino Correa à Assembléia Legislativa em 7 de setembro de 1919.

**Quadro II**  
**PROFESSORES FORMADOS NO PERÍODO 1913-1916**

<b>Ano</b>	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>	<b>Total</b>
1913	5	1	6
1915	7	2	9
1916	5	1	6
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>4</b>	<b>21</b>

Fonte: Mato Grosso, AEEPM, livro n. 1 de registro de diplomas da Escola Normal de Cuiabá (1914-1925).

Embora fosse admitido um número considerável de alunos, muitos ficavam pelo caminho, terminando o curso um número bem inferior ao que iniciara. Nos primeiros seis anos de funcionamento, a Escola Normal colocou no mercado de trabalho 21 novos professores, como mostra o quadro II, número ainda insuficiente ante as necessidades do estado.

## II. Organização curricular

Desde a década de 1870, as críticas em relação à instrução popular sugeriam a necessidade de reformulação da escola primária existente sob as bases dos padrões educacionais considerados modernos. Sendo assim, o método intuitivo foi o símbolo dessa renovação e modernização do ensino.

[...] os métodos intuitivos e os estudos da natureza deslocavam para observar a antiga arte de ouvir e repetir [...] A pedagogia “do ouvir” deslocava-se para a “do olhar” no final do século XIX, ao mesmo tempo que a arte de memorizar perdia o seu prestígio [Vidal, 1994, p. 11].

A implementação da reforma educacional de Mato Grosso, em 1910, procurou consolidar a presença do método intuitivo no seu ensino público, estando seus organizadores harmonizados com a metodologia propagada pela Escola Normal de São Paulo e com a bibliografia pedagógica do período.

Para que as inovações propostas surtisses o resultado esperado, tornava-se necessário que houvesse mudanças não só na estrutura organizacional da escola pública primária, como também no seu cotidiano escolar e na prática docente, sendo os professores os verdadeiros agentes de introdução de tais mudanças. Com a finalidade de formar professores conhecedores desta “nova” metodologia foi então (re)organizada a Escola Normal de Cuiabá. Em seu relatório, Mello expõe a fundamentação teórico-metodológica da Escola Normal:

Seu programa de ensino, cuja orientação é, como bem disse Pestalozzi [...] ensinar a fazer, fazendo, e não, ensinar a fazer, dizendo como se faz. [...] É lei fundamental de pedagogia, que, em aquisição de conhecimentos, os fenômenos devem sempre partir do consciente para o inconsciente, mediando, entre essas duas frases extremas da evolução físico-psíquica, o termo médio-consciente – inconsciente, ou, por outras palavras, a ação educadora deve partir do concreto para atingir ao abstrato, mediante a transição natural pelo concreto-abstrato [Mato Grosso, Relatório...,1912].

Os mestres tinham a tarefa de preparar e apresentar os conteúdos ao educando, sempre partindo do particular, utilizando os órgãos dos sentidos, e, após a impressão sensorial, os conhecimentos adquiridos seriam traduzidos em exercícios graduados.

Algumas orientações foram dadas através do Regulamento da Escola Normal a respeito da metodologia a ser adotada nas aulas, com a finalidade de inserir no cotidiano dos normalistas um ensino através da observação.

§2- Na organização dos programas os lentes deverão desenvolvê-los o mais possível, atendendo aos seguintes princípios:

- a) O ensino das línguas vivas terá um cunho principalmente prático, para o que os usos lexicológicos e sintáticos deverão ser deduzidos da leitura e da interpretação de escritores notáveis, visando o correto manejo das línguas e uma fácil e lógica sistematização gramatical.
- b) O ensino das disciplinas científicas deverá ser graduado em ordem a que, conjuntamente com a aquisição de conhecimentos, os alunos adquirirem o método a seguir na transmissão dos mesmos.
- c) O ensino das disciplinas artísticas será organizado de maneira a fornecer aos alunos os meios necessários à concretização das noções ministradas nas escolas primárias [Mato Grosso, Regulamento..., 1914, p. 7].

Os programas de estudo também foram organizados com este propósito, porém, na prática, embora o discurso fosse fundamentado no ensino sensorial, principalmente através da observação, o método de ensino se resumia em memorização de dados visando disciplinar as faculdades mentais e formar hábitos. Segundo Mello (Mato Grosso, Relató-

rio..., 1912), por falta de preparo para a docência, os professores eram obrigados a um estudo rápido e superficial, onde a decoração, por parte dos alunos, substituíra a natural assimilação por compreensão.

A fundamentação metodológica ficava sob a responsabilidade das aulas práticas na Escola Modelo anexa, o que justifica a grande preocupação de Mello em orientar os professores dessa escola, tendo em vista que, segundo ele, eles se encontravam adstritos ao pernicioso método da decoração, ao ensino tratadista.

Além das dificuldades de aplicação do método devido ao pouco ou nenhum preparo dos docentes, a direção queixava-se constantemente da falta de materiais.

[...] por mais boa vontade que tenha o educador para cumprir seus deveres, a sua ação é constantemente cercada por falta de meios. Pela mesma razão por que o mais hábil operário, falta de seus instrumentos, só consegue obras toscas e imperfeitas, o educador, sem o aparelho escolar completo e perfeito, só pode conseguir educação imperfeita, anormal, atrofiadora das faculdades infantis [idem].

Em seu relatório, Mello solicitou às autoridades os materiais necessários para a aplicação do método intuitivo, porém, não consta na relação do almoxarifado a entrada ou saída de nenhum dos materiais solicitados.

A direção escolar, ciente da importância da Escola Modelo para a prática dos alunos da Escola Normal, esmerou-se em obedecer a uma organização pedagógica bem definida. Para isso, organizou o programa escolar expondo detalhadamente o desenvolvimento das matérias, ressaltando o ensino através da observação.

A grade curricular da Escola Normal foi estruturada com base no Regulamento Interno do curso Normal de 1874, ainda em vigor na época. Desta forma, o curso continuou organizado em três anos, sendo suas cadeiras distribuídas da seguinte forma (Mato Grosso, Relatório..., 1911):

1ª cadeira – português e literatura;

2ª cadeira – francês, caligrafia e desenho;

3ª cadeira – aritmética, álgebra e geometria plana;

- 4ª cadeira – física, química e história natural;
- 5ª cadeira – geografia do Brasil, geografia geral e cosmografia;
- 6ª cadeira – pedagogia, educação moral e cívica, direção de escolas, trabalhos manuais, e educação física;
- 7ª cadeira – história universal e do Brasil;
- 8ª cadeira – música e educação doméstica.

No entanto, os conteúdos de ensino moral e religioso foram abolidos, sendo substituídos pelos conteúdos de educação moral e cívica, ministrados por Mello. A troca das disciplinas foi justificada da seguinte forma:

Nos tempos idos da monarquia, em que a religião era unida ao Estado, a educação moral se realizava por meio do ensino do catecismo católico romano aos alunos. Proclamada a República e com esta liberdade de cultos, foi banido da escola o ensino religioso. Desde então se fez mister nova orientação para a educação moral. [...]

Esta última educação é o tipo da escola leiga moderna. É uma escola humana, sem religião, mas não é contra Deus; e tanto assim é, que reconhece e observa o dever de deixar a cargo da família do educando, o direito de ensinar a este a religião que melhor lhe pareça. [...] Levado por tais e tão ponderosas considerações, não poupei esforços para que a educação moral e cívica fosse realmente desenvolvida na escola a meu cargo. [...] teoricamente pelo ensino dos direitos e dos deveres do homem, [...] tornando-se as crenças outros tantos elos dessa simpática, amorável cadeia cívica, que liga o passado ao presente e prepara, pelo amor e respeito à Sociedade, os homens de amanhã, a Pátria futura [Mato Grosso, Relatório..., 1912].

A educação moral e cívica era uma disciplina tida como essencial para os liberais republicanos, pois era através dela que eram repassados os deveres que cada um tinha para consigo, para com os seus, para com a sociedade e para com a Pátria. Segundo Mello, “[...] isso se faz pelo estímulo do patriotismo, ministrando ao aluno o conhecimento dos heróis verdadeiros, daqueles que, por seus méritos e virtudes cívicas, dignos se fizeram do nosso amor e do nosso respeito” (Mato Grosso, Relatório..., 1911).

O movimento de exclusão do ensino religioso e a defesa de ensino laico e do conhecimento científico de base experimental não foram pacíficos. A Igreja católica, através dos jornais *A Cruz* e *Domingo*, teceu críticas severas. Porém, os reformadores, com uma concepção contra o adestramento religioso, entendiam que a educação tinha por fim a formação do indivíduo participante do processo produtivo e da organização política do país, educando-o a fim de prepará-lo para a vida através de um ensino prático que partisse do universo conhecido por ele para o desconhecido.

Nessa perspectiva, a preparação para a vida centrava-se numa proposta metodológica que concebe o desenvolvimento a partir da experiência sensorial. Por isso, a principal preocupação na formação do futuro professor estava relacionada ao método de ensino.

O desenvolvimento intelectual, moral e físico dos normalistas se dava através dos conhecimentos inseridos nos programas. No estudo das línguas, português e francês, as aulas tinham caráter eminentemente prático. As aulas de português constituíam-se de leituras expressivas de livros de prosadores e poetas contemporâneos de Portugal e do Brasil e análise do trecho lido na seguinte ordem: fonologia; interpretação; exercícios ortográficos; recitação e composição. No programa da disciplina consta a seguinte observação: “As lições, apesar de sua posição prática, serão acompanhadas de explicação, pelo processo intuitivo, das regras essenciais” (Mato Grosso, Atas..., 1911-1919).

O estudo da língua francesa era prático e ministrado por meio de conversação, dividido em três etapas:

- 1ª) educação do ouvido e dos órgãos vocais, aquisição de vocabulário elementar, ensino principalmente oral e através da imagem;
- 2ª) ampliação do vocabulário elementar e precisão dele no espírito dos alunos, conhecimento intuitivo das leis da língua, leitura explicada onde o aluno lê e explica em francês o que leu;
- 3ª) conversação e leitura explicada sobre a França, povo que habita, seus costumes, teoria lexicológica francesa.

A evolução fisiológica e psicológica, e a importância do fortalecimento do corpo eram trabalhadas através do ensino da educação física,

que era lecionado pelo professor de pedagogia (o próprio diretor), com exercícios diferenciados para os sexos, sendo mais brandos para as mulheres, e para os homens através de exercícios calistênicos, buscando formar indivíduos cultos e saudáveis para a vida. Mello fez algumas considerações sobre a educação física:

Estudando a evolução fisiológica do homem, bem como a psicológica, podemos asseverar que todos os seus atos físicos têm profundas relações com a sua vida orgânica. Em nenhum momento da vida os fenômenos físicos se apresentam como essencialmente diferentes e independentes dos psicológicos. Estudando a educação, na sua mais ampla acepção, podemos afirmar que ela é um todo indivisível que, na frase de Montaigne, não tende desenvolver uma inteligência ou um corpo, mas sim um todo, como parilha de cavalos, atrelado ao mesmo carro. Não seria portanto natural que a escola cuidasse dos educandos moral e intelectualmente, desprezando a educação física [Mato Grosso, Relatório..., 1911].

Além da alteração das disciplinas, Mello propôs a ampliação da duração do curso de três para quatro anos, tomando como referência o projeto pedagógico de sua escola de origem. Em seu relatório endereçado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Fazenda, o diretor acusou a incapacidade dos alunos de compreenderem os conteúdos, porque os professores não tinham tempo necessário para trabalharem de maneira satisfatória, sendo obrigados a fazer um estudo superficial, às pressas. Desta forma, segundo ele, o programa deveria ser dividido em *cadeiras*, que seriam constituídas de matérias científicas; e em *aulas*, formadas de matérias relacionadas às artes, sendo as aulas de educação doméstica somente para o sexo feminino, as de trabalhos manuais para o sexo masculino, e as demais para ambos os sexos.

Posteriormente, o regulamento da escola foi reformulado através do decreto n. 353 de 13 de janeiro de 1914, aprovado pela lei n. 679 de 22 de julho do mesmo ano. As alterações propostas pelo novo regulamento atendiam às solicitações feitas pela direção da Escola Normal quanto à distribuição das matérias e a sua subdivisão em cadeiras e aulas.

Os conteúdos específicos de cada matéria eram de responsabilidade dos professores das disciplinas, sendo estes apresentados à Congrega-

ção e submetidos à aprovação do governo, conforme consta no artigo 8º do Regulamento. No primeiro ano de funcionamento, os professores apresentaram os conteúdos das disciplinas lecionadas no curso, porém, nos anos subseqüentes, conforme relatório da direção da Escola de 1915, os professores não organizaram tais conteúdos, tornando-se necessário que houvesse a intervenção por parte da diretoria<sup>6</sup>.

É notória a preocupação em oferecer aos professores primários um ensino enciclopédico de informação científica, a fim de garantir uma educação naturalista do universo, considerada o objeto de toda boa educação. Para isso, o plano de ensino deteve-se a uma base científica, deixando à cargo da Escola Modelo o preparo prático do futuro professor primário, através de observação e prática pedagógica no terceiro e no quarto ano da Escola Normal.

Os programas da Escola Modelo foram organizados nos moldes das escolas de São Paulo. Segundo Mello, seu diretor:

Os programas desenvolvidos nos diversos anos do curso preliminar da Escola Modelo são, verbum ad verbum, os mesmos institutos congêneres de São Paulo, que foram mandados adaptar por decreto do executivo, provisoriamente, mas que estão em vigor ainda, sendo que o decreto que os adaptou, é de agosto de 1910 [Mato Grosso, Relatório..., 1912].

Ele percebeu que os alunos que ingressavam da Escola Modelo para a Escola Normal, amparados pelo artigo 15 do 2º capítulo do Regulamento Interno do Curso Normal (1874)<sup>7</sup>, não apresentavam as condições necessárias para ingressarem em um curso secundário, por isso, propôs o acréscimo de mais um ano na Escola Modelo, visando preparar os alunos para o ingresso na Escola Normal, que passou a vigorar imediatamente. Além da mudança do tempo de duração do curso, sugeriu a

---

6 Tal problema é relatado no Relatório da Escola Normal e Modelo anexa, 1915, na página 6, pelo diretor interino professor Philogônio de Paula Corrêa.

7 No Regulamento de 1910 tal direcionamento se repete no capítulo 5, art. 29º, parágrafo único, dispensando do exame de suficiência os pretendentes à matrícula que tiveram o curso completo da Escola Modelo anexa.

**Quadro III**  
**PROGRAMA DA ESCOLA NORMAL DE CUIABÁ**

<b>Matérias</b>	<b>Número de Aulas</b>
<b>1º Ano</b>	
Português	3
Francês	3
Aritmética	4
Caligrafia e desenho	2
Trabalhos manuais	2
Ginástica escolar	1
<b>2º Ano</b>	
Português	3
Francês	3
Caligrafia e desenho	2
Trabalhos manuais	1
Álgebra	3
Geografia geral	3
Ciências naturais	2
Música	2
<b>3º Ano</b>	
Português	3
Ciências naturais	2
Geometria plana	3
Física e química	2
Pedagogia	2
Geografia do Brasil	2
História do Brasil	2
Trabalhos manuais	1
<b>4º Ano</b>	
Português	3
Música	2
Geometria plana	3
Física e química	3
História da civilização	2
Pedagogia	3
Educação moral e cívica	2

Fonte: Regulamento da Escola Normal de Cuiabá, 1914 (3ª seção – art. 7º)

organização definitiva do programa da Escola Modelo, tendo em vista que, segundo Mello, “os que possuímos, feitos para estabelecimentos de outro Estado, se bem que de categoria e orientação pedagógica idênticas aos nossos, não são, in totum, aplicáveis ao nosso meio” (idem).

O professor buscava adequar o modelo escolar paulista à realidade mato-grossense, embora as orientações pedagógicas continuassem as mesmas. Mello, ciente da importância e da dupla missão da Escola Modelo, servir de prática aos alunos da Escola Normal e de padrão para os demais grupos do estado, se preocupava com isso, tendo em vista que os professores que lecionavam nessa instituição não tinham domínio do método intuitivo e nem materiais para trabalhar dentro desta proposta metodológica. Foi, então, necessário orientar os professores primários sobre a nova metodologia adotada, num período de três meses após a sua inauguração.

Segundo Amâncio (2000), a capacitação dos docentes também se dava através da leitura de conferências pedagógicas escritas na revista *A Nova Época* por Kuhlmann e, às vezes, por Mello. Esse periódico, do qual se tem notícia pelos comentários de jornais do período, parece ter sido o canal para que os normalistas paulistas pudessem divulgar, ainda que por pouco tempo, seus ideais republicanos e pedagógicos, mediante a transcrição de suas palestras e conferências.

A atuação dos normalistas era obrigatória no terceiro ano, quando determinado pelo diretor, e no quarto ano em horário estipulado pela Congregação. Em 1915, o horário destinado à prática era terça, quinta e sábado, das 11h00 às 13h00 (Mato Grosso, Atas..., p.70). Este era o momento em que o futuro professor primário tinha contato com a prática do método intuitivo.

Para mensurar os conhecimentos apreendidos, tornou-se necessário investir na avaliação da aprendizagem. As provas eram aplicadas ao final de cada mês, sendo os alunos avaliados e os resultados das sabatinas e exercícios práticos apresentados à Congregação e à Secretaria da Escola. Somava-se a esses resultados os dos exames anuais que aconteciam três vezes ao ano, nos meses de maio, agosto e novembro (Mato Grosso, Regulamentos..., cap. 5).

Os exames das matérias classificadas como cadeiras, realizados em maio e agosto, eram escritos, e os realizados em novembro, orais e escritos, sendo destinadas até duas horas para os exames escritos e quinze minutos para os orais. Já os exames das matérias classificadas como aulas eram práticos, adequados a tais disciplinas e realizados em junho e novembro.

Sendo a avaliação um instrumento de controle e poder, reafirma o professor como aquele que controla o conhecimento e o comportamento dos alunos, enquadrando-os nas condutas sociais do contexto escolar e, conseqüentemente, da sociedade.

A organização do tempo escolar também demonstrou ser de extrema importância, educando o aluno à obediência e aos hábitos de ordem e de trabalho através da racionalização das atividades escolares.

O ano letivo, na Escola Normal, iniciava no dia 15 de fevereiro e encerrava no dia 15 de novembro. Essas datas estavam previstas no seu Regulamento, capítulo 3 artigo 14. É importante ressaltar que em momento algum o número de dias letivos estava previsto na legislação, apenas alertava para que a escola funcionasse em todos os dias úteis. Com relação aos horários escolares, seu regulamento estipulava:

§1 – Esse horário, que será organizado pelo Diretor e submetido a aprovação da congregação, será feito de modo que as aulas não excedam de uma hora, mediando entre umas e outras um intervalo de 10 minutos, no mínimo, e de 15 minutos, no máximo.

Os horários elaborados pela direção eram apresentados na reunião da Congregação no início do ano letivo para apreciação. Eram, juntamente com os programas, encaminhados para a publicação na folha oficial. A sua organização correspondia ao número de aulas semanais determinado a cada disciplina estipulada pelo regulamento interno.

O horário aprovado para o primeiro ano de funcionamento da Escola Normal foi organizado no período de quatro horas, das 7h00 às 11h00, sendo que cada aula tinha a duração de uma hora, todos os dias da semana, incluindo os sábados.

**Quadro IV**  
**HORÁRIO DA ESCOLA NORMAL DE CUIABÁ – 1911**

	<b>2ª Feira</b>	<b>3ª Feira</b>	<b>4ª Feira</b>	<b>5ª Feira</b>	<b>6ª Feira</b>	<b>Sábado</b>
7:00 às 8:00	Aritmética	Álgebra	Aritmética	Álgebra	Aritmética	Álgebra
8:00 às 9:00	Caligrafia desenho	Francês	Trabalhos manuais	Francês	Caligrafia desenho	Francês
9:00 às 10:00	Pedagogia	Geografia	Pedagogia	Geografia	Pedagogia	Geografia
10:00 às 11:00	Português	Ed. física	Português	Ed. física	Português	Trabalhos manuais

Fonte: Ata da Congregação 10/1/1911, p. 1.

Em 1915, já funcionando os quatro anos do curso, o horário ficou organizado da forma mostrada no quadro V.

As aulas deste ano foram organizadas de acordo com a disponibilidade dos professores, pois a Escola Normal tinha apenas um docente de cada disciplina, deixando, desta forma, um quadro de horário repleto de aulas vagas e os alunos sem uniformidade de horário no ingresso na Escola.

É interessante observar que os normalistas não tinham um horário destinado ao recreio, ou mesmo intervalo entre as aulas, mas, com exceção do terceiro ano, eles não permaneciam na Escola durante as cinco horas de seu funcionamento.

Além do calendário escolar, outras interrupções de ordem social, como as festividades, também intervinham no processo de ir e vir à Escola. As férias escolares no meado do ano não foram previstas no Regulamento, porém, para justificar a necessidade de um recesso escolar de quinze dias nesse período, Mello usou os seguintes argumentos em seu relatório:

**Quadro V**  
**HORÁRIO DA ESCOLA NORMAL – 1915**

<b>Dia da semana</b>	<b>Horário</b>	<b>1º Ano</b>	<b>2º Ano</b>	<b>3º Ano</b>	<b>4º Ano</b>
Segunda-feira	11:00/12:00			Português	
	12:00/13:00		Matemática	Pedagogia	Português
	13:00/14:00	Matemática	Francês	Geografia	Hist.do Brasil
	14:00/15:00	Francês	Trabalhos	Desenho	Trabalhos
	15:00/16:00	Trabalhos		Física	Ciên. naturais
Terça-feira	11:00/12:00			Ciên.naturais	Prática
	12:00/13:00		Português	Matemática	Prática
	13:00/14:00	Português	Desenho	Francês	Pedagogia
	14:00/15:00	Desenho		História da civilização	
	15:00/16:00	Trabalhos	Trabalhos		Física e química
Quarta-feira	11:00/12:00			Português	
	12:00/13:00		Matemática	Pedagogia	Português
	13:00/14:00	Matemática	Francês	Geografia	Hist. do Brasil
	14:00/15:00	Francês		Desenho	Cosmografia
	15:00/16:00			Física	Ciên. naturais
Quinta-feira	11:00/12:00			Ciên. naturais	Prática
	12:00/13:00		Português	Matemática	Prática
	13:00/14:00	Português	Desenho	Francês	Pedagogia
	14:00/15:00	Desenho	Música	História da civilização	
	15:00/16:00			Trabalhos	Física e química
Sexta-feira	11:00/12:00			Português	
	12:00/13:00			Pedagogia	Português
	13:00/14:00	Matemática	Matemática	Geografia	Hist. do Brasil
	14:00/15:00	Francês	Francês	Desenho	Cosmografia
	15:00/16:00		Trabalho	Física	Ciên. naturais
Sábado	11:00/12:00			Ciên. naturais	Prática
	12:00/13:00			Matemática	Prática
	13:00/14:00	Português	Português	Francês	Ed. Cívica
	14:00/15:00	Desenho	Desenho	História da civilização	
	15:00/16:00		Música	Música	Física e química

Fonte: Livro de Atas da Congregação, 1915.

O mês de junho, sobretudo festivo em nosso meio, é um perturbador da frequência escolar nos meados do ano letivo. E nisto, como em tudo, há sua razão de ser. Junho é o mês das festas essencialmente populares, festas a que o povo empresta a lei da tradição. Não há família, por mais pobre que seja, para quem julho festivo não seja portador de alviçareiras alegrias. Ora, as crianças são, em geral, por natureza e por hábito, festivas por excelência. É natural, pois, que por ocasião das festas de junho, e consentimento paterno e a sua índole mesmo, façam-nas afastar da Escola. E, assim, os últimos quinze dias de junho despovoam a escola. Esta razão bastaria para justificar uma quinzena de férias por essa ocasião, medida que viria regularizar a frequência e a marcha do ensino [...]. Os professores, pelos meados do ano letivo, sentem-se extenuados, e o seu organismo reclama repouso. A falta deste prejudica seriamente o ensino, pois o educador, cansado já não é tão solícito, como antes, no cumprimento dos seus deveres. A necessidade física sempre vence a obrigação moral [Mato Grosso, Relatório...,1912].

A festividade de São João, comemorada no final de junho por diversas famílias, ocasionando uma variedade de festas espalhadas pelos distritos, envolvia um grande número de pessoas, por vários dias, diminuindo a frequência dos alunos nesse período, fato este que levou a direção da Escola a suspender as aulas durante as festividades.

No entanto, não eram somente os compromissos sociais que intervinham no calendário escolar. Em 1913, próximo ao término das atividades letivas, os alunos, através de um documento, solicitaram à direção a permissão de gozarem férias de 10 a 15 dias a fim de estudarem para as provas finais, pedido este que foi consentido pela Congregação, suspendendo as aulas no período de 20 a 31 de outubro.

Mesmo utilizando o modelo paulista como referência, a organização curricular da Escola Normal de Cuiabá, especificamente a sua metodologia, programas, avaliação e organização do horário escolar, sofreu alterações em face da realidade na qual estava inserida a instituição, bem diferenciada da realidade do estado de São Paulo.

## Conclusão

A Escola Normal de Cuiabá foi (re)organizada e dirigida por um normalista paulista, fato este que não era incomum na época. Mello, entretanto, mesmo demonstrando através de vários documentos de sua autoria a intenção de utilizar a escola na qual foi formado como modelo para orientar a legislação e a organização administrativa e curricular, “esbarrou” com a realidade socioeconômica e cultural do estado de Mato Grosso.

Ao propor o uso do método intuitivo, Mello encontrou professores sem a devida formação e a falta de materiais pedagógicos para a organização dos Gabinetes, devido aos poucos recursos financeiros do Estado. Na implantação do ensino laico, encontrou forte resistência por parte dos católicos. A organização dos horários escolares foi adaptada ao número de professores existentes e a sua disponibilidade de tempo, e o calendário letivo adaptou-se às festas culturais e a fatores de outras ordens.

Podemos afirmar que o confronto entre o modelo proposto e a realidade do estado resultou numa cultura escolar própria, fruto de conflitos e negociações, fazendo nascer um curso de formação de professores com uma organização jamais vista até então em Mato Grosso. A estrutura curricular e organizacional da Escola Normal de Cuiabá foi concebida para que o aluno-mestre se instrumentalizasse através da educação moral, cívica, de cunho científico e metodológico, visando à formação de cidadãos republicanos mato-grossenses com vistas a participarem do processo produtivo e da organização política do país.

## Referências Bibliográficas

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros (2000). *Ensino de leitura na escola primária no Mato Grosso: contribuição para o estudo de aspectos de um discurso institucional no início do século XX*. Tese (Doutorado em Ensino na Educação Brasileira) – Instituto de Educação, Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de (2000). “Reformas na Instrução Pública”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes & VEIGA, Cyntia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.

CORRÊA FILHO, Virgílio (1994). *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Editora da Fundação Júlio Campos.

LEITE, Gervásio (1970). *Um século de Instrução Pública (história do Ensino Primário Público em Mato Grosso)*. Goiás: Rio Bonito.

RODRIGUES, Maria Benício (1988). *Educação escolar como instrumento de mediação da relação estado/povo: a Reforma Mato-Grossense em 1910*. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

SOUZA, Rosa Fátima (1998). *Templos de civilização*. São Paulo: UNESP.

VIDAL, Diana G. & SOUZA, Maria Cecília C. C. (orgs.) (1999). *A memória e a sombra – a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica.

## Documentação

MATO GROSSO. Atas da Congregação da Escola Normal e Modelo Anexa, 1911-1919, Arquivo da Escola Estadual Presidente Médice.

\_\_\_\_\_. Mensagens do Presidente do Estado à Assembléia Legislativa, 1911-1912-1915-1916-1919, Arquivo Público de Mato Grosso.

\_\_\_\_\_. Registro de diplomas da Escola Normal de Cuiabá, Livro n. 01, 1914-1925, Arquivo da Escola Estadual Presidente Médice.

\_\_\_\_\_. Regulamento Interno do Curso Normal da Província de Mato Grosso, 1874, Arquivo Público de Mato Grosso.

\_\_\_\_\_. Regulamento Interno da Escola Normal de Cuiabá, 1914, Arquivo Público de Mato Grosso.

\_\_\_\_\_. Relatórios da Escola Normal e Modelo Anexa, 1911-1912-1915, Arquivo da Escola Estadual Presidente Médice.

## Depoimento oral

MÜLLER, Maria de Arruda: depoimento (dez. 1998). Entrevistadora: Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel e Silva. Cuiabá – MT, 1998.